

Proposta a reforma tributária

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A ilegalidade e inconstitucionalidade de uma série de atos do ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro, promovendo aumento de impostos e empréstimos compulsórios, foram dadas como exemplo pelo jurista Ives Gandra, perante a Subcomissão de Tributos da Constituinte, de que nenhuma política tributária poderá ser aplicada de forma justa e eficiente, com controle da sociedade, se a própria Constituição não der garantias e mecanismos para que a lei seja cumprida por governados e governantes.

Gandra mostrou-se escandalizado com o fato de que o próprio ex-ministro admitiu implicitamente ter descumprido a lei, mas sob a alegação de que fazia em benefício do povo. Embora convidado para falar especificamente sobre tributos, distribuição e participação das receitas, Gandra lembrou que a Constituição deve ser harmônica e integrada, promovendo uma reforma do Poder Judiciário que inclua as "cortes constitucionais", retirando do Ministério Público a exclusividade desse julgamento. E, ainda, alterando as atribuições atuais dos Tribunais de Contas, garantindo-lhes o direito de execução e não a condição de apenas tribunal moral, quando deveria ter poderes de fiscalização efetiva, de bloquear atos do Executivo e responsabilizar punitivamente os infratores.

Sem estes e outros fatores complementares, os mais perfeitos capítulos constitucionais e códigos tributários não sairão do papel, segundo Gandra, que considera a "espinha dorsal" do sistema tributário brasileiro bastante avançada e com muitos pontos positivos, necessitando, no entanto, de aperfeiçoamentos, particularmente na legislação ordinária e complementar.

ANTEPROJETO

Gandra apresentou à subcomissão um anteprojeto para o capítulo relativo ao sistema tributário na nova Constituição, elaborado por uma equipe de tributaristas em dois anos de trabalho e aprovado por diversas entidades de nível nacional, em que houve a preocupação de manter o sistema federativo do Estado mas sem centralização excessiva que sufocasse Estados e municípios. A competência impositiva dos municípios, embora o Brasil seja o único país do mundo a dispor de tal dispositivo constitucional, foi considerada politicamente intocável e por isso mantida no anteprojeto.

Esse anteprojeto, segundo o tributarista, procurou dosar a progressividade e a regressividade dos impostos, tema em reestudo em muitos países, por causa da revolta e dos protestos dos contribuintes diante dos impostos diretos progressivos e da tendência da tributação indireta de acabar por facilitar o relacionamento fisco-contribuinte. Também levou em consideração o fato de que o imposto progressivo em muitos casos tira a capacidade de investimento e desestimula o desenvolvimento.

Gandra defendeu ainda o imposto de consumo especial sobre apêndices exteriores, que incidiria sobre o contribuinte, que em vez de reinvestir seus lucros na atividade produtiva, gerando mais renda e empregos, os utiliza na compra e manutenção de bens "supérfluos" ou de luxo, como iates e casas de veraneio.

NOVO IMPOSTO

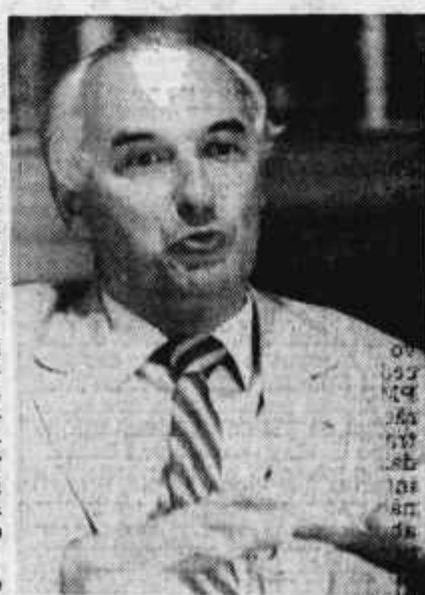
O projeto apresentado elimina o ISS da competência do município, substituindo por tributação de venda a varejo e prestação de serviços, administrado pela máquina estadual com distribuição a todos os municípios. Esta proposta evitaria, ainda, a

"guerra fiscal" existente entre cidades, principalmente as capitais e as áreas metropolitanas, em que empresas montam sede em outros municípios vizinhos para escapar ao ISS. O imposto sobre Valor Agregado (IVA), proposto, permitiria ainda o funcionamento melhor da máquina arrecadadora estadual, com distribuição mais justa, e facilitaria, no futuro, a integração comercial da América Latina, onde o sistema já usado pela Argentina está sendo implantado em outros países.

Gandra defendeu os impostos únicos sobre energia, minerais, combustíveis e lubrificantes e comunicações, lembrando a importância estratégica nacional destes setores. As reservas minerais exauríveis, por exemplo, são assuntos de segurança nacional e devem ser tratados pela União, sem estar ligados ao imposto de circulação.

A tributação sobre aumento do patrimônio líquido, heranças, doações e legados também provocou bastante polêmica entre os constituintes. Gandra explicou que a aplicação desse tributo, com alíquotas elevadas, não aumenta a arrecadação, além de criar todo um mecanismo de fraudes e corrupção. Ainda que doutrinariamente justo e almejavável, este ponto deve ser tratado, segundo o tributarista, com muito cuidado para não apresentar resultados negativos, da mesma forma que seria negativa a tributação sobre operações financeiras, que se transformaria em fator altamente inflacionário, pois os custos financeiros são inevitavelmente repassados aos consumidores.

Outro ponto de destaque na palestra seguida de debates foi o problema da integração entre os tributos sobre pessoas físicas e jurídicas, operação que deve ser extremamente equilibrada para não desestimular a produção.



Ives Gandra Martins

"Com Sarney não dá. Diretas já"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para o deputado José Maria Eymael, do PDC-SP, o Brasil "está vivendo uma estranha realidade porque nessa reforma ministerial, as coisas se passam como se estivéssemos num regime parlamentarista. Mas como não estamos, o que há é um vácuo de poder". E o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), aproveitou as críticas de Eymael para pedir eleições diretas para presidente da República e, ontem, já lançou o refrão: "Com Sarney não dá, diretas já".

Em nome do PMDB, o deputado Paulo Macarini (SC) refutou as acusações feitas ao seu partido e ao presidente Sarney. Ele disse que a consulta do presidente para reformular o ministério "é natural e faz parte da tradição republicana" e negou ter havido qualquer veto a algum nome escolhido pelo presidente.

Já o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) disse que a "maneira desastrada" como o presidente vem conduzindo a reforma ministerial, está aumentando o número de lideranças políticas de peso, que querem eleições diretas em 1988. O deputado sugeriu que o próprio presidente Sarney deveria colocar-se à frente desse movimento.

O deputado prevê que se Sarney não se colocar à frente desse movimento, que ele chama de "pacificação", governar o País se tornará uma tarefa cada vez mais difícil.

Mas as críticas não param por aí. Para a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), "mesmo no tempo da ditadura, as reformas no ministério não eram feitas desse modo: em circuito fechado". O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (PTB-SP) também fez a sua: "Que o presidente deixe de pisar nas nuvens como poeta e reencontre o caminho do bom senso", disse ele, na sessão de ontem.

O deputado criticou ainda a postura do presidente Sarney diante da reforma ministerial que, segundo ele, "desapontou o povo brasileiro". Gastone Righi lembrou que questões como a dívida externa, por exemplo, não estão resolvidas "num descompromisso do presidente com a Nação". E mais: a intenção do governo em construir uma estrada de ferro de 1.700 km, de Anápolis (GO) a Acaulândia (MA), "é absurda já que os custos passariam dos seis bilhões de dólares". Segundo o deputado, isso acontece quando o transporte de massa nos grandes centros encontra-se em estado crítico dando a impressão que "o ministro Andreazza ainda está no poder".

Abert sugere mudanças

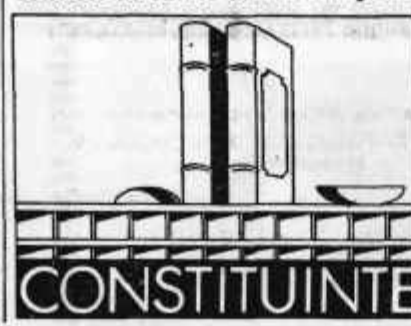
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O modelo atual de concessão de canais de rádio e televisão é imperfeito, pois existe a manipulação do poder que concede e cassa" — afirmou ontem o vice-presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Fernando Ernesto Correia, durante audiência na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações da Constituinte.

Apesar de considerar o atual modelo imperfeito, o vice-presidente da entidade destacou que a Abert não possui propostas fechadas a esse respeito. Mas, no seu entender, a decisão de concessão de canais deveria ficar a cargo do Congresso Nacional, ad referendum do Executivo, e que

as cassações deveriam ser de responsabilidade do Poder Judiciário.

Um dos pontos polêmicos do debate ocorreu quando o deputado baiano Joacy Góes acusou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de ter favorecido o controle acionário da NEC ao presi-



dente das Organizações Globo, Roberto Marinho, em troca da retransmissão da programação da Rede Globo para a TV Bahia, feita anteriormente pela TV Aratu. O irmão do ministro, deputado Angelo Magalhães, não gostou da acusação e disse que se for preciso "o ministro das Comunicações virá a esta subcomissão com documentos para provar a calúnia que é essa denúncia".

Um dos momentos mais engraçados da audiência pública realizada na subcomissão ficou a cargo do deputado Paulo Marques (PFL-PE), ao acusar o monopólio da Globo em todos os Estados. Ele destacou que o monopólio da Globo é tão grande que na cidade de Exu uma mulher queria dar a sua filha o nome de Xou da Xuxa de Exu, em homenagem a este programa infantil.

Grupo quer a revisão da lei de anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A presidente do grupo "Tortura Nunca Mais" do Rio de Janeiro, Flora Abreu, pediu ontem na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, que seja revisto o prazo de anistia ampla, geral e irrestrita dada em 1979, "para que sejam apurados e responsabilizados os crimes de tortura, que estão sendo conhecidos somente agora". A ideia dividiu as opiniões dos constituintes.

Flora Abreu quer também que a tortura seja considerada na nova constituição como crime imprescritível, inafiançável e sem direito a anistia, pediu que as penas aos torturadores levem em conta a gravidade dos delitos e que os responsáveis indenizem as vítimas ou seus familiares. Para ela, até hoje a tortura nunca foi penalizada no Brasil e América Latina, "incentivando os torturadores devido a garantia de impunidade e, se a constituinte não tomar posição sobre isso, estará sendo conivente".

Aposentadorias

Das 150 propostas apresentadas até agora à Sub-comissão de Direitos Trabalhistas e Servidores Públicos da Constituinte, a maior parte está relacionada às aposentadorias e pensões, revelou ontem o presidente da comissão, deputado Geraldo Campos (PMDB-DF). Ele considerou uma "questão gritante" as desigualdades na concessão do benefício entre os servidores públicos estatutários, celetistas e militares. Propôs igualdade de procedimentos a todos os trabalhadores e manutenção dos vencimentos recebidos na atividade após aposentarem-se, incluindo todas as melhorias, vantagens e promoções da atividade até o resto de suas vidas.

Os membros da subcomissão pretendem manifestar hoje ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que deporá às 9h30, total repulsa à tramitação de projetos no Congresso Nacional relacionados aos trabalhadores — como a lei de greve —, por entenderem que estes assuntos devam ser elaborados diretamente pela Constituinte. Geraldo Campos defende também direito amplo, geral e irrestrito à greve, condenando toda intervenção neste sentido por parte do Executivo e Judiciário.

A frequência média dos constituintes na subcomissão tem girado entre 10 a 12 parlamentares, representando apenas a metade dos seus integrantes. Por enquanto, a tendência manifestada na subcomissão é progressista, mas para aprovar qualquer proposta serão necessários 280 votos constituintes. Os parlamentares progressistas não passam de 200, o que indica a necessidade de composição com o centro para atingir o número necessário para incluir na nova Carta qualquer proposição.

Cientistas rejeitam as armas nucleares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A nova Constituição deve incluir um dispositivo que proíba a fabricação, o armazenamento e o transporte de armas nucleares no território brasileiro — foi a reivindicação da comunidade científica levada ontem à Subcomissão de Direitos e Garantias Coletivas pelos professores Ramayana Gazzinelli, presidente da Sociedade Brasileira de Física, e Enio Candotti, vice-presidente da SBPC.

Eles denunciaram o chamado programa paralelo da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dos militares, que tem verbas e objetivos secretos, "e provavelmente inclui a fabricação de artefatos nucleares". Por sugestão do deputado João Agripino (PMDB-PB), a subcomissão irá convocar o presidente da CNEN, Rex

Nazareth, com o objetivo de explicar as contas e a emissão de cheques secretos para o programa nuclear paralelo.

O professor Ramayana Gazzinelli denunciou a CNEN por promover dois programas de pesquisa e desenvolvimento em enriquecimento de urânio, "vital para chegar ao ciclo do combustível, à bomba brasileira", diferentes do método adotado pela Nuclebrás e seu programa nuclear pacífico. "Essa multiplicação de projetos aumenta os gastos em bilhões de dólares, sendo absolutamente indispensável que as duas entidades se entendam e que os segredos sejam desvendados", disse ele.

O professor Enio Candotti sugeriu que os cientistas que trabalham em universidades e outros órgãos "sabam exatamente o que é feito com suas pesquisas, pois podem estar sendo usados indevidamente".

OAB propõe novo Tribunal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, defendeu ontem a criação de um Tribunal Constitucional especificamente para questões constitucionais, alegando que não adianta ter uma Constituição contemporânea, sem instrumentos para preservá-la. Na exposição que fez à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Assembléia Nacional Constituinte, o representante dos advogados sugeriu a manutenção do sistema presidencialista de governo com a adoção de alguns mecanismos do parlamentarismo.

No depoimento de três horas perante a comissão, Márcio Thomaz Bastos limitou-se a transmitir aos constituintes o pensamento da categoria expresso nos congressos realizados em todo o País, nos últimos dez anos. Ele disse ainda que a posição da entidade não é entregar uma sugestão fechada à Constituinte, mas enviar uma contribuição em aberto para que haja uma reflexão por parte daqueles que estão elaborando o novo texto constitucional.

O Tribunal Constitucional teria 12 ministros eleitos para um mandato de nove anos, onde não seria observado o princípio da vitalidade. Três ministros seriam escolhidos entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça e os outros, selecionados entre membros do Ministério Público e advogados.

Será da competência da Corte processar e julgar, originariamente, o presidente da República, ministros de Estado, membros do Senado e da Câmara Federal e o Procurador-geral da República.